Cadernos Macambira
V. 6, N° 1, 2021. Página ***314*** *de* ***369. ISSN 2525-6580***
Anais **IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 11: Práticas pedagógicas com estudantes público da educação especial e/ou com necessidades específicas

O PAPEL DO PROFESSOR NA CONVIVÊNCIA DE ALUNOS NEUROTÍPICOS COM ALUNOS DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luana de Jesus Santos* - Universidade do Estado da Bahia – Campus Alagoinhas

Vanderlon Santana de Araújo - Universidade do Estado da Bahia – Campus Alagoinhas

*Autora correspondente: lua.stos0@gmail.com

RESUMO: A proposta do presente artigo é refletir a respeito do papel do professor na convivência de alunos neurotípicos com alunos deficientes na educação infantil, ressaltando o contexto histórico e legislativo da educação infantil, bem como da educação especial que, por sua vez, contribuíram efetivamente para garantir o direito de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, como por exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca, onde deu-se início aos avanços importantes na legislação da educação inclusiva, evidencia-se também um breve conceitos relacionados com a temática. Destacando o papel do professor em todo esse processo e ressaltando que para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os mesmos busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de proceder na mediação para uma convivência saudável e que possibilite autonomia desses sujeitos, visando um ensino que respeite as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Para tanto, a metodologia utilizada foi a bibliográfica a partir de revisões de literatura e análise documental, através da qual se percebe a importância do professor para convivência dos alunos deficientes que possuem necessidades educacionais especiais.

Palavras-chaves: Educação especial. Educação infantil. Alunos neurotípicos. Necessidades educacionais especiais. Papel do professor.

INTRODUÇÃO

O indivíduo com deficiência sempre foi visto e tratado como um ser humano incomum, fora dos padrões tidos como normais na perspectiva histórico-cultural, que sempre teceu os parâmetros para a sociedade, parâmetros esses que são os critérios adotados para a normalidade. Sendo assim, ao longo da história foi atribuída uma visão errônea acerca desses indivíduos, onde eles primeiramente foram excluídos, logo depois segregados, integrados e teoricamente hoje encontram-se na fase de inclusão.

A discussão que engloba a temática de inclusão é uma vertente complexa que está interligada a diversos outros fatores na sociedade e no meio escolar não seria diferente, na escola os fatores são por exemplo: preconceito, estrutura física, práticas pedagógicas, etc. Pois, de fato a inclusão escolar perpassa por inúmeros desafios para poder garantir a efetiva inclusão desses alunos. Conceitualmente, a inclusão é a equidade de condições e possibilidades ofertadas a todos os indivíduos do meio social, assegurando dessa forma acesso democrático em todos os âmbitos em que eles estejam, o que significa que eles precisam ser aceitos e acolhidos sem nenhuma distinção. Nesse sentido, o meio escolar possui a obrigatoriedade de fornecer experiências educacionais de qualidade para todo e qualquer aluno, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais.

A educação especial, por sua vez, é uma modalidade de ensino que está encoberta de preconceitos enraizados nos diversos âmbitos sociais. Historicamente, a deficiência do indivíduo era tida como algo que o demarcava na sociedade, sendo assim, a aquisição dos direitos educacionais presentes na legislação ocorreu através de um processo de luta, processo esse que ainda perdura, mas que já obteve alguns avanços.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: “A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades (...)” (BRASIL, 2008, p.8), sendo assim, a educação especial está presente na educação infantil que é onde os indivíduos têm o seu primeiro contato fora do seu âmbito familiar, onde iniciam o processo de construção de identidade, de visão de mundo, etc.

Na educação infantil, o aluno com necessidades educacionais especiais tem contato direto com alunos da mesma faixa etária -e de diferentes também- e também com alunos neurotípicos, que são alunos que não possuem atrasos linguísticos, motores ou cognitivos em relação a sua faixa etária.

Para que a educação inclusiva, por sua vez, aconteça efetivamente é necessário ter uma rede de apoio interligada com a comunidade escolar: família, psicólogos, terapeutas, neuropsicopedagogos, fonoaudiólogos, por exemplo, precisam estar em contato direto com os alunos e a escola, de modo que auxiliem a todos no que diz respeito ao processo de inclusão, para que a educação desenvolva-se a partir da diversidade, tornando dessa forma o aluno com deficiência protagonista no seu processo de construção do conhecimento.

Como já citado, obrigatoriamente as escolas precisam matricular, acompanhar e incluir esses alunos com necessidades educacionais especiais, pois “toda pessoa com deficiência

tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas" (Lei n° 13.146, 2015, art. 4°), o que leva a eles conviverem com alunos neurotípicos na educação infantil, essa relação possibilita-os contato diretamente com a diversidade, o que influencia-os em todos os aspectos comportamentais.

Para Mantoan (2001, p.4): "Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro", desse modo essa interação influencia diretamente no dia a dia dos indivíduos que estão em contato com os alunos deficientes, nesse caso, os indivíduos são os alunos da educação infantil, como supracitado.

Nesse cenário em questão, o professor, por ser uma figura mediadora e presente em toda relação dos alunos neurotípicos e dos alunos deficientes necessita "estabelecer uma experiência educativa, onde educandos, educadoras e educadores, juntos 'convivam' de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria." (FREIRE, 2005, p. 58), construindo desse modo uma educação que atenda todas as especificidades dos educandos presentes em sala de aula.

Tem-se como a relevância desse artigo todo o contexto excludente em que os alunos com necessidades educativas especiais passaram e ainda passam, pois segundo o artigo 205 da

Constituição Federal (1988): "a educação é direito de todos", e por isso os educandos deficientes possuem direito tanto quanto qualquer outro, portanto, devem estar inseridos nesse contexto e precisam que o meio escolar os acolha de acordo com as adaptações necessárias.

Nesse sentido, o presente artigo pretende examinar qual o papel do professor em todo esse processo da convivência de alunos neurotípicos com alunos deficientes na educação infantil, discutindo inicialmente o contexto histórico e legislativo dessas duas modalidades, bem como identificando de que modo ocorre a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e assim demonstrando qual o papel do professor na convivência dos alunos neurotípicos com alunos deficientes na educação infantil.

O referido artigo está subsidiado a partir da abordagem qualitativa, que preocupa-se com as aspectos da realidade que não precisam ser quantificados, Para Minayo (2001, n.p), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos.

E quanto aos procedimentos, tem-se uma pesquisa bibliográfica, que para para Gil: "os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema." (2007, p. 44), e a pesquisa documental que segundo Flores (apud CALADO; FERREIRA, 2004, p.3): "os documentos são fontes de dados [...] e sua análise implica em um conjunto de transformações a partir dos mesmos com a finalidade de lhes ser atribuído um significado relevante [...]", ambos se encaixam perfeitamente com a proposta do presente artigo.

CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLATIVO

Contexto Histórico e Legislativo da Educação Infantil

A Constituição Federal foi um marco primordial na educação infantil onde, pela primeira vez, reconheceu a educação escolar como um direito da criança, sendo a partir daí a educação infantil uma política nacional de educação, e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/96) garantiu a obrigatoriedade dessa modalidade em questão como a primeira etapa da educação básica.

A educação infantil é uma modalidade de ensino que propicia a primeira mudança na rotina das crianças, onde elas adentram em situações que incentivam sua socialização, além de propiciar o trabalho com a pluralidade que dialoga diretamente com a diversidade. Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular corrobora no campo de experiência "O eu o outro e o nós", onde torna obrigatoriedade a interação das crianças com o outro, para a partir daí constituir o seu próprio modo de agir, sentir e pensar.

Essa construção pessoal da criança pode ser estimulada através da diversidade, pois segundo a BNCC:

> Na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BNCC, 2016)

O que influencia diretamente em todo o desenvolvimento socioemocional, cognitvo, intelectual e empático para com o outro, pois se os indivíduos desde a infância têm contato e convivem com discursos negativos em relação às outras pessoas, que consequentemente refletem na personalidade da criança, então o inverso também pode ser realizado de modo que promova de forma correta toda essa influência.

Nesse sentido, tem-se o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), como já citado, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, e por isso, recebeu destaque por meio das políticas públicas educacionais nos últimos anos, especificamente por conta do RCNEI que ressalta as diversidades existentes no meio escolar no currículo da educação infantil objetivando o desenvolvimento integral das crianças.

Esse referencial propõe metas alcançáveis que contribuam no desenvolvimento integral identitário das crianças. Visa, também, contribuir de forma eficaz nos ambientes que propiciam o acesso, o desenvolvimento, a construção e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 6).

Por isso, é necessário trabalhar efetivamente com a diversidade e tirá-la do papel afim de incluir no dia-a-dia das instituições de ensino, principalmente na Educação Infantil que é um ambiente adequado para a formação dos valores humanos das crianças pequenas (BARBOSA, 2009).

Contexto Histórico e Legislativo da Educação Especial

O referente tópico do presente artigo busca versar sobre o contexto histórico da inclusão escolar internacional e no Brasil, bem como o contexto legislativo que rege a educação especial, embasado principalmente em citações feitas pela autora Maria Teresa Égler Mantoan.

Retratando acerca das eras históricas, a antiguidade marcou-se pelo desamparo e pela eliminação dos deficientes, já na Idade Média predominava a ideia de que o deficiente era um castigo aos pais e até mesmo fruto de uma ação demoníaca, onde acontecia efetivamente o desamparo desses indivíduos; já na contemporaneidade iniciou-se discursos referente as diferenças e versando acerca da educação desses indivíduos, por outro lado a segregação estava presente nesta época, o que acabou enfraquecendo o discurso citado anteriormente. (FONSECA, 2000, n.p)

No sentindo dos marcos legais do país, a década de 80 ficou marcada por diversos encontros e congressos internacionais que buscavam estimular os países a reformularem suas políticas referentes aos direitos das pessoas com deficiência, dentre esses eventos está o "Ano Internacional das Pessoas Deficientes" (1981), que tinha como lema "Participação Plena e Igualdade".

O marco inicial da política educacional voltada para a educação no Brasil foi a "Declaração Mundial de Educação para Todos" o que inclui os alunos deficientes e os neurotípicos, e que sugere uma educação direcionada para suprir as necessidades sucintas da aprendizagem, propondo uma melhor qualidade do conhecimento e de vida, proporcionando assim pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e a efetiva atuação cultural do cidadão na comunidade em que vive.

Nesse sentido, efetivar meios educacionais de qualidade para todos acarreta não só na aceitação de diferenças, como também no respeito as mesmas. Pois, segundo a Declaração de Salamanca, documento resultante da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Espanha, em 1994:

> [...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (UNESCO, 1994, p.8-9).

Esse documento foi adotado por vários países, inclusive pelo Brasil, como diretriz para nortear políticas públicas relacionadas a educação especial e nele contém explicitamente que é necessário garantir condições para todo esse processo de trabalho para com os alunos dessa modalidade, como por exemplo: formação dos professores da rede regular, dos professores da educação especial, e recomenda a modificação das escolas para acolhe-los, ou seja, a partir dele é possível desenvolver efetivamente a educação inclusiva de forma eficaz e que atinja a todos.

Outro documento legislativo que está diretamente ligado a educação inclusiva é a Constituição Federal, segundo Mantoan (2010) a educação inclusiva no Brasil tornou-se constitucional a partir de 1988 com a legitimidade da Constituição Federal que garantia o direito inerente aos alunos deficientes de terem acesso e condições que possibilitem o seu progresso em sua escolarização, que deve ocorrer em turmas regulares com a garantia de atendimento

educacional especializado, o que subentende-se que para conseguir o desenvolvimento no meio educacional desses indivíduos, essa vivência não pode ser realizada em locais segregatórios.

Já no ano de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgou serviços especializados, como por exemplo: métodos que atendam às necessidades educacionais específicas do educando, o que tornou obrigatório a reformulação do currículo, de modo que atenda tais necessidades.

Um grande avanço nas legislaturas referente a educação inclusiva foram as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, através da Resolução CNE/CBE Nº 2/2001, onde foi tratado da garantia do atendimento educacional especializado de caráter adicional ou suplementar ao processo de escolarização, concedendo formas para a consolidação e efetivação das possíveis modalidades de atendimento (especializado, hospitalar e domiciliar), promovendo também orientações aos sistemas educandários sobre a forma educacional de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas salas regulares.

Em seu 2° art as Diretrizes ainda determinam a obrigatoriedade das matrículas e que é dever da escola organizar-se para receber e atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo dessa forma condições e formas indispensáveis para uma educação de qualidade, ou seja, esse instrumento legislativo subsidia um enorme progresso das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

O Ministério da Educação (MEC) implantou, no ano de 2003, através da Secretaria de Educação Especial o “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade” (BRASIL, 2008), que tinha como objetivo a transformação dos sistemas de ensinos existentes em sistemas educacionais inclusivos, além de promover efetivamente a acessibilidade, a organização do atendimento educacional especializado e assegurar o acesso de todo e qualquer indivíduo à escolarização.

Outro marco significativo foi a Política Nacional Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a partir desse documento definiu-se que:

> A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo d ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 21).

Ou seja, a educação especial entrelaçada com os preceitos da educação inclusiva passou a ser considerada como uma modalidade complementar na formação dos alunos; nesse documento ainda estabeleceu-se qual o público-alvo referente a educação especial, que são os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desse modo recomendou-se que o sistema de ensino promova respostas as necessidades educacionais especiais, bem como a instalação de medidas da instituição, diante do exposto, a referente política nacional promoveu a evolução da inclusão escolar.

Em 2010 instaurou-se as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, estabelecida pela Resolução CNE/CBE n.04/2010, essa resolução refere-se a obrigatoriedade da matrícula tanto nas classes comuns do ensino regular, quanto no Atendimento Educacional Especializado, e responsabiliza a escola pela organização que garanta a educação de qualidade para todos os alunos que ali estão. Para Mantoan (2015, p.46) essa diretriz representa a transição entre o modo segregatório que existia e, finalmente, a educação especial inclusiva.

A Conferência Nacional de Educação, prescreve o atendimento as necessidades específicas na educação especial deliberaram a Lei 13.005/2014 que determina esse atendimento em todos os níveis e modalidades de ensino, ou seja, universaliza de forma igualitária para indivíduos de 04 a 17 anos que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A convivência de alunos neurotípicos com alunos deficientes na educação infantil

Por ser a modalidade de ensino onde o indivíduo constrói toda a sua base socioemocional, intelectual, social e acadêmica, a educação infantil precisa estabelecer uma educação inclusiva pautada nos respeitos as diferenças de modo que construa uma relação empática com a diversidade existente no meio social.

Dessa forma, a inclusão de alunos com deficiência pode levar a melhoria nos métodos e nas práticas de ensino o que promove benefícios para todos os alunos, fora que alunos neurotípicos que estudam em salas de aula inclusivas e consequentemente convivem com alunos deficientes, têm opiniões menos preconceituosas e são mais receptivas às diferenças.

Nesse sentido, o Instituto Alana e ABT Associates desenvolveu uma pesquisa coordenada pelo professor Thomas Hehir (2016) que corrobora com os preceitos citados no presente tópico, onde eles explanam acerca da visão de mundo e a percepção da diversidade de forma que pessoas sem deficiência que estão em ambientes escolares inclusivos e que, consequentemente, convivem com pessoas com deficiências são menos preconceituosas e abertas para a diversidade existente, além de influenciar no seu desenvolvimento socioemocional, intelectual, social e acadêmico.

Por isso, entende-se que é de suma importância o convívio e contato de crianças neurotípicas com crianças com deficiência, para que assim elas tenham desde novas uma visão construída acerca da diversidade do meio social e também para que elas cresçam respeitando-a.

O papel do professor na convivência de alunos neurotípicos com alunos deificentes na educação infantil

Diante do exposto, o papel do professor é de extrema importância na convivência de alunos neurotípicos com alunos deficientes, visto que ele é o mediador entre o educando e o seu processo de aquisição de novos conhecimentos e cabe a ele utilizar instrumentos

pedagógicas adequados em que esses alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avancem no sentido de explorar toda sua potencialidade afetiva, social e intelectual, superando todos os obstáculos que a sociedade os impõe.

Uma das principais formas para uma proposta inclusiva de convivência entre alunos neurotípicos com alunos deficientes é que os professores desconstruam a visão de que esses sujeitos com necessidades educacionais especiais são incapazes e construam uma nova perspectiva pautada nas possibilidades de interação desses alunos como instrumento de transformação, dando ênfase na convivência saudável de trocas mútuas.

Todavia, os professores que buscam trabalhar com educação inclusiva, devem estar atentos às diversidades, procurando colaborar de maneira que possa auxiliar na construção da autonomia e solidariedade desses sujeitos, pautando sempre o respeito mútuo, até chegar ao ponto de eliminar qualquer tipo de entrave para sua convivência no sentido de formar cidadãos conscientes, desse modo: “é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos (...)” (MANTOAN, 2006, p.48), esse é de fato o papel do professor em todo o processo de inclusão.

A educação inclusiva no formato atual é um grande desafio aos profissionais, pois os colocar a (re)pensar toda cultura, política e métodos pedagógicas para atender com êxito essa demanda de ato educativo, posicionando-se de forma receptiva diante das características singulares que irá encontrar, a fim de fortalecer potencialidades e incentivar habilidades desses alunos.

Nesse sentindo, Bueno (2001) aponta que um ensino de qualidade para crianças com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve no mínimo dois tipos de formação profissional docente, sendo elas: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado.

Diante de tais obstáculos que os profissionais têm de enfrentar na educação inclusiva, Bueno (2001) ainda argumenta ser necessário promover uma avaliação das reais condições dos sistemas de ensino, a fim de que a inclusão ocorra de forma gradativa, contínua, sistemática e planejada.

Sendo assim, acredita-se que houve um grande avanço nas instituições de ensino para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, fazendo com que os professores buscassem novos paradigmas e novas formas de ensinar, a fim da inclusão de todos no ensino regular, melhorando a autonomia e independência desses alunos.

Cabe ao professor, por sua vez, realizar o seu trabalho voltado ao convívio de alunos neurotípicos com alunos deficientes, o que não exige um único modo de educar, mas o de poder oferecer a cada indivíduo o que melhor atende às suas necessidades frente às suas características, interesses e habilidades através da troca de experiências e afetividade.

Para que todo o processo supracitado obtenha êxito, é necessário formar um ensino que respeite a diversidade das pessoas e aprender com isso, usufruindo de conhecimentos

construídos por cada um na perspectiva de um crescimento interpessoal, pois a possibilidade de aprendizagem dessas pessoas está diretamente relacionada ao intuito de aprender, estimulado pelo professor e por todos os sujeitos que se relacionam, possibilitando a aquisição de novas funções cognitivas que será essencial para sua trajetória escolar, independentemente de suas necessidades e/ou capacidades.

Pois, para que efetivamente ocorra a educação inclusiva os professores e os profissionais do meio escolar precisam participar regularmente desse processo (Carter & Hughes, 2006), pois a partir da colaboração de todos torna-se possível a aplicabilidade de forma afetuosa da educação inclusiva numa perspectiva que acolha e promova de fato a inclusão e o desenvolvimento de todos os alunos conforme suas necessidades específicas.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Para que os professores possam trabalhar na educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades possam conviver dentro da mesma sala de aula sem prejuízo. É também essencial que o professor busque especializações para mediação desse trabalho de forma que garanta um esforço voltado à qualidade de vida dos educandos e transformando-os em cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade como um todo, onde haja o respeito mundo diante da diversidade e das diferenças.

Para que o processo de inclusão realmente aconteça é importante que haja a integração sócio afetiva e que a escola reestruture seu Currículo, respeitando e se adequando às características de cada aluno, dando-lhes oportunidades e visando um ambiente inclusivo em busca de objetivos comuns, afinal a escola não é homogênea.

Por fim, nota-se a importância do professor nesse processo, pois é através dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às suas particularidades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria C. S. Praticar uma educação para a diversidade no dia-a-dia da escola de educação infantil. In: FRANCISCO, Denise A.; MENEZES, Mireila S. **Reflexões sobre as práticas pedagógicas.** Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

BUENO, J. G. S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição de 1988: República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394)**. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015.* ***Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.*** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 29 setembro 2020.

BRASIL.. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, v. 2, 1998.

CALADO, S.dos S; Ferreira, S.C dos R. **Análise dos documentos: método de recolha e análise de dados.** Disponível em: http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mil/analisedocumentos.pdf

Carter, E. W., & Hughes, C. (2006). **Including High School Students with Severe Disabilities in General Education Classes: Perspectives of General and Special Educators, Paraprofessionals, and Administrators. Research and Practice for Persons with Severe Disabilities**, 31(2), 174–185. http://doi. org/10.1177/154079690603100209

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, M. – Proteção Jurídica dos Portadores de Deficiência – In: **IBAP - Instituto Brasileiro de Advocacia Pública & Editora Esplanada ADCOAS**, São Paulo, Dezembro de 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HEHIR, T.; PASCUCCI, S. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência.** São Paulo: Instituto Alana, Abt Associates, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer**. São Paulo, Summus, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca. Espanha.